

RELATO DE PROJETO DE EXTENSÃO

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA LUTA ANTICAPACITISTA: ATIVIDADES EXTENSIONISTAS NA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Marcela Fernanda da Paz de Souza¹
Regina Souza Teixeira²

RESUMO

O capacitismo - discriminação e preconceito contra as pessoas com deficiência - é uma das questões sociais presentes na vida cotidiana que requer ações coordenadas para a conscientização e a informação da população visando ao desenraizamento destas práticas constrangedoras. Neste cenário, o objetivo do projeto de extensão foi proporcionar à comunidade da Microrregião de Frutal instrumentos educacionais e informáticos, visando ao reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência; ao fortalecimento das lutas anticapacitistas e à interação Universidade e Comunidade. Na metodologia de desenvolvimento do projeto, utilizaram-se práticas de comunicação, passíveis de serem também elaboradas pela comunidade em momento posterior. As distintas técnicas eram desenhadas conforme a ação as fases da extensão. Englobou-se a construção e a divulgação pelos meios de comunicação em suas diversas linguagens; rodas de conversas itinerantes; confecção de cartazes; estabelecimento de parcerias público privadas. Os públicos-alvo constituíram-se na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação Abraço Azul, imprensa frutalense e da microrregião; Educandos em regime fechado do Presídio de Frutal e da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC); comunidade acadêmica na Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Inferiu-se dos resultados da extensão universitária um impacto positivo nas ações, verificados no estabelecimento de parceria, participação durante a oficina; cessão de espaço na mídia e de cobertura pela imprensa.

PALAVRAS-CHAVE

Pessoa Com Deficiência. Direitos Humanos. Participação. Itinerante. Comunicação.

¹Pós-doutorado em Estudos Urbanos e Regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista PNPd. Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Linha Políticas Públicas e Desigualdade Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO/UFJF). Professora Adjunta VI C na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Barbacena. E-mail: marcela.souza@uemg.br.

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (1999) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2004). Atualmente é Professora efetiva da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG Frutal. E-mail: regina.teixeira@uemg.br.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, no Brasil, temos observado diferentes movimentações em prol da elaboração de ações que garantam a efetivação dos direitos básicos e da dignidade humana, concebendo o necessário para que o indivíduo tenha condições mínimas de existência. Tal movimentação se liga aos debates em torno da inclusão social, que além de propor rupturas conceituais sobre olhar para as diferenças e diversidades, impõem a necessidade de investimentos em vários campos como nas políticas públicas, acessibilidade, trabalho, empregabilidade, rendimentos, consumo e convivência.

Seguindo esta perspectiva, incluir é um ato que se relaciona aos mais variados espaços físicos e simbólicos, nos quais os sujeitos ou grupos historicamente excluídos podem ter suas características próprias reconhecidas, respeitadas e valorizadas, impulsionando avanços e transformações significativas da sociedade atual (Camargo, 2017).

O paradigma da inclusão é norteado pelos princípios da celebração das diferenças, do sentimento de pertencimento, da ênfase ao diverso, no desenvolvimento de ações humanitárias, na valorização das minorias e no conceito de cidadania atrelado a qualidade de vida (Sassaki, 1997). Neste protótipo social, existe a defesa da noção de cidadania plena vinculada à emancipação dos indivíduos (Silva, 2011).

As ações que garantem direitos a pessoas com deficiência fazem parte de um recorte da perspectiva social de inclusão e buscam assegurar oportunidades de acesso e permanência a bens, locais, serviços e demais espaços que já foram negados a este público. Entre as inúmeras barreiras enfrentadas para a inclusão de deficientes destacamos o capacitismo, que pode ser entendido como uma ação opressora que determina que pessoas com deficiências sejam incapazes de realizar diferentes atividades por conta de não se enquadrarem ao padrão estabelecido pela sociedade, carregando a ideia de que o corpo perfeito é o corpo normal (Lage, Lunardelli, Kawakami, 2023).

Neste cenário, os objetivos do projeto de extensão ora apresentado constituíram-se em:

1- desenvolver práticas comunicativas e disseminar a informação visando à superação dos processos capacitistas e a resguardar os direitos humanos das pessoas com deficiência e dos familiares atípicos; 2- proporcionar instrumentos informativos para comunidade reconhecer

os direitos das pessoas com deficiência; 3- identificar as ações que, mesmo involuntariamente, podem fortalecer a prática capacitista; 4- demonstrar a importância da aplicabilidade dos distintos meios de comunicação – desde os murais até os podcasts – para informar sobre práticas inclusivas e que resguardecem os direitos humanos das minorias PcDs e as interseccionalidades que operacionam para robustecer o processo de desigualdade; 5- ampliar o escopo de atuação da Universidade do Estado de Minas Gerais - Frutal, permitindo que a universidade cumpra a sua função social de desenvolvimento regional em prol dos grupos assistidos como minoritários, em uma perspectiva itinerante de ação, integrando os eixos ensino-pesquisa-extensão; 6- viabilizar ações extensionistas com a participação dos discentes da Unidade e do (a) bolsista com a operacionalização da mídia no processo de inclusão, corroborando para a formação universitária em um cenário interseccional complexo e contemporâneo.

O relato deste estudo possui seções que abordam reflexões teóricas sobre processos inclusivos, garantia de direitos a PCDs, a abordagem do capacitismo e da luta anticapacitista necessária para os dias atuais. A trajetória metodológica foi elaborada com a definição de redes comunicativas para ampliar e fortalecer os espaços reivindicatórios e de fala da comunidade ao longo do processo. Ao final, exibe-se os resultados e discussões sobre o êxito de alcance na região estimada que contribuíram para ampliação do entendimento do que é o capacitismo, os impactos prejudiciais e a necessidade de abandonar esta postura social.

2 PRÁTICAS INCLUSIVAS: BREVE REFLEXÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad, 2023) indicou uma análise sociodemográfica com 18,6 milhões de pessoas (8,9%) de 2 anos ou mais de idade que no momento da coleta, terceiro trimestre de 2022, possuíam alguma deficiência. As mulheres possuíam o maior percentual de incidência de deficiência múltipla 40,6% e, os homens, 35,8%. Um dado preocupante desta análise indicou que o percentual das pessoas analfabetas com deficiência é maior 15,4 percentual maior se comparadas às pessoas sem deficiência, respectivamente, 19,5 e 4,1. As pessoas com deficiência são aquelas que menos concluíram o ensino médio, 70,3 se comparadas ao grupo sem deficiência, 54,4. O grupo negro (pretos mais pardos), também concentram o maior índice de pessoas com deficiência, 9,5 pretas e 8,9%. Na decomposição por Região e, depois, por Estado, Minas Gerais possui o

maior percentual de pessoas com deficiência 8,9%, percentual maior que a média da região Sudeste, 8,2%. Em uma perspectiva interseccional, o grupo das pessoas com deficiência, pretas, pobres e mulheres é o mais desprivilegiado em acesso à educação, à saúde e à produção e consumo de bens culturais, lazer e esporte.

A disparidade e a desigualdade das pessoas com deficiência estão indicadas, ainda, na exclusão do mercado de trabalho. Em 17, 5 milhões de pessoas disponíveis para trabalhar, 12, 4 não estão alocadas no mercado. Outro importante ponto a se destacar é o desafio que as famílias atípicas precisam superar para resguardarem a dignidade da pessoa humana de seus tutelados. Transversalmente e, de forma estrutural, encontra-se o dificultador de inclusão, o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência – o capacitismo.

Os registros sobre a história das pessoas com deficiência apresentam diferentes tratamentos e olhares para este público que revelam desde a exclusão total, com as diferentes ações de extermínio, até as concepções de adaptações do entorno para um acolhimento mais adequado. Esses registros têm como fontes teóricas as discussões que envolveram os quatro paradigmas da deficiência – exclusão, segregação, integração e inclusão – que serviram como padrão para explicar e entender a realidade de cada época, apresentando a contextualização social e cultural da população brasileira e mundial (Sasaki, 2012; Carvalho, Naujorks, 2011; Sousa, 2020).

O conceito de deficiência passou por modificações no decorrer dos anos conforme os valores e entendimento da sociedade em cada época. Sasaki (2003), em seu texto sobre termos e inclusão, orienta as maneiras adequadas para se referir a PCDs. A nomenclatura revela as concepções e posturas sociais sobre uma determinada temática. Em meados da década de 1980, por exemplo, utilizava-se pessoa portadora de deficiência, sendo alterado dez anos depois para pessoa com deficiência. Tais alterações surgem como respostas às reflexões e a evolução das pesquisas em que se deixa de focalizar a deficiência e passa-se a enfatizar o indivíduo. A base explicativa exclusiva em critérios médicos perde sustentação e inicia-se a delineação conceitual da abordagem biopsicossocial, considerando também os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais (Klazura, Fogaça, 2021).

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecido também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Art. 2º apresenta a nova abrangência do conceito de deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, cap. II, art. 2).

Em tempos recentes, o fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência, a capilarização das informações e a conscientização sobre estas garantias estão permitindo que esta temática pouco explorada ganhe espaço na sociedade. Um passo considerado importante para cumprir este objetivo é indicado na Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2010) que apresenta uma reflexão filosófica e conceitual, cujo conceito da integração social é substituído pela inclusão social. Isto implica que é a própria sociedade que precisa atender as demandas dos cidadãos, em todas as esferas conformativas. A inclusão das pessoas com deficiência significa “respeitar as necessidades próprias da sua condição e possibilitar acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e artísticos e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico, científico e tecnológico da sociedade contemporânea” (Brasil, 2010, p. 07).

Diante das alterações sociais que provocaram o redesenho das políticas públicas para a população com deficiência, uma ação que vem ganhando espaço no debate pelo fortalecimento das garantias e da execução dos direitos é a luta contra o capacitismo.

2.1 Capacitismo e anticapitismo

O capacitismo se refere ao preconceito às pessoas com deficiência, às ações, às práticas e aos comportamentos que equivocadamente definem estas como incapazes de se dedicarem a uma profissão, de se envolverem em um relacionamento afetivo, de constituírem seus próprios núcleos familiares. São atitudes que se configuram num conjunto de crenças pejorativas contra pessoas com deficiência (Sassaki, 2014).

Segundo Mello (2016), este processo sociocultural, também entendido pelos estudos científicos como uma categoria de preconceito, concretiza-se por meio de ações que determinam e posicionam pessoas em função da relação estabelecida entre corpo, padrão de beleza e competência funcional.

De acordo com Vendramini (2019), a postura capacitista compreende os indivíduos com deficiência como corpos desviantes, insuficientes e diminuído de maneira conceitual e estética, tanto para desempenhar uma determinada atividade como no entendimento de que não são pessoas saudáveis.

Alguns exemplos cotidianos e recorrentes de capacitismo são chavões que demonstram preconceito e uma visão reducionista da pessoa com deficiência: "mas você vai namorar uma deficiente (PcD) e a dignidade da pessoa humana destes indivíduos e dos familiares atípicos impacta positivamente ao promover e multiplicar a informação sobre a pessoa deficiente?", "filho com deficiência deve ser um peso", "você não conseguirá se dedicar a este trabalho" ou, ainda, expressões que colocam as pessoas com deficiência como super heróis ou heroínas e que causam constrangimentos para uma parcela destes cidadãos, "nossa, mas como ele consegue fazer tanta coisa sendo deficiente", "ele é um exemplo de vida" (Pinheiro, 2021).

Moreira et al. (2022), também afirma que o capacitismo deve ser interpretado no conjunto da interseccionalidade o que implica em formas de opressão como sexo, raça, idade, habitação, entre outros, os quais aprofundam as faces da desigualdade (Collins, Bilge, 2020) e dificultam a garantia da efetividade do acesso à igualdade material.

Diante desse número significativo de pessoas com deficiência se faz necessário fortalecer os movimentos e pautas de lutas que visam garantir direitos e possibilidades de visibilização das PCDs. A efetivação de ações influenciadas pelo paradigma inclusivo no Brasil proporcionou mais acesso as informações sobre deficiência como também a elaboração de políticas públicas específicas.

Os registros sobre os movimentos sociais em prol desta causa aconteceram na década de 1970, e apresentaram as tentativas de rupturas das opressões impostas pelas famílias e demais instituições que decidiam suas vidas e formas de tratamentos em diferentes ambientes da sociedade. As primeiras movimentações tiveram o propósito de que as pessoas com deficiência assumissem as discussões e decisões sobre as atividades executadas. Apesar dos percalços e resistências de exclusão, anos mais tarde, as iniciativas propostas se fortaleceram e garantiram o protagonismo e a construção de novas possibilidades sociais para este público. O anticapacitismo surge como resultado destas mudanças refletindo as discussões sobre inclusão e acessibilidade, denunciando práticas de opressão e de violência que foram normalizadas ao longo dos séculos. Nessa vertente, é preciso estabelecer estratégias direcionadas ao embate objetivo e direto a essas ações limitantes propostas pelo capacitismo (Bezerra, 2023).

Nesta proposta combativa de discriminações é necessário estabelecer estratégias que além de contextualizar as atitudes negativas, indiquem novos percursos que possam contribuir para a eliminação das diferentes barreiras sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência, propiciando mais acesso às informações, aos recursos tecnológicos, à educação em todos os níveis e modalidades, bem como minimizar as barreiras atitudinais e arquitetônicas do cotidiano.

A luta anticapacitista é considerada um conceito bastante recente no campo das pesquisas e estudos científicos o que evidencia a necessidade da compreensão da importância do engajamento social, sobretudo da academia, que leve ao reconhecimento e valorização da trajetória de PCDs no Brasil e potencializando pessoas e grupos nos espaços de discussão promovendo uma sociedade mais equânime e inclusiva.

3 METODOLOGIA

3.1 Delimitação territorial

O desenho territorial do projeto de extensão foi a Microrregião de Frutal, formada por 12 municípios - Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales e União de Minas, a Microrregião tem a unidade administrativa polo em Frutal. Na abrangência está localizada na Mesorregião do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, a uma distância de 610 km da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Frutal é considerado positivo, 0,730 (IBGE, 2010). Conforme os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a cidade de Frutal possui 58.588 habitantes. Os dados do Índice de Responsabilidade Social da Fundação João Pinheiro indicam para o conjunto da população da Microrregião um número aproximado da população em 205.126 para o ano de 2021 (Fundação João Pinheiro, 2024).

É neste cenário geográfico que o projeto foi desenvolvido, com a base institucional, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal. Um dos objetivos precípuos da UEMG é o fortalecimento do tripé universitário, ensino-pesquisa-extensão, com a participação da comunidade acadêmica de forma direta nos três eixos e, com a agência e protagonismo, na extensão universitária.

Um dos pontos-chave da prática extensionista é o desenho de um projeto que inclua a participação ativa das comunidades e grupos como agentes de direitos sobre as ações que serão realizadas. Este cuidado de uma compreensão da realidade que o extensionista e o professor não são ‘salvadores’, mas constroem com a comunidade o processo de aprendizado, de maneira recíproca e construtivista, foi argumentado por Paulo Freire (1975; 1999).

O desenho deste projeto apresentou, em um primeiro momento, um norte geral de objetivo e metas de realização. Com este mote delimitado, estabeleceram-se as subetapas com as respectivas metodológicas de implementação. Estas foram elaboradas em constante contato e trocas de informação com as comunidades, por meio de mensagens institucionais, rede social *WhatsApp*, telefonemas e reuniões presenciais.

3.2 Fases da ação extensionista

As etapas do projeto foram divididas em quatro: a) diagnóstico e desenho do projeto; b) execução das ações; c) avaliação: etapa circular; d) relatório, apresentação e submissão de trabalhos.

No tocante à etapa de diagnóstico e desenho foram realizados o levantamento e a revisão bibliográficas; o estabelecimento de redes com os grupos não governamentais, instituições públicas educacionais, de saúde e de segurança que atuem e/ou que são pessoa com deficiência; *mailing list* da imprensa da Microrregião de Frutal. O propósito foi a divulgação das notas para a rádio, para os veículos de comunicação impressos e televisivos – comercial e comunitário - da microrregião, das cartilhas e dos vídeos; desenho de oficinas, elaboração de propostas de oficinas com podcasts, cartazes, rodas de conversas para a apresentação no momento de estabelecimento de parcerias. A partir das reuniões as oficinas foram adaptadas e/ou construídas com a comunidade; Elaboração das notas para os veículos de comunicação e contatos com os possíveis entrevistados externos ao projeto.

Já a atividade de execução do projeto na cidade de Frutal englobou o envio das notas informativas para rádios; *blogs*; sobre os direitos das pessoas com deficiência; envio das notícias para os veículos impressos e *blogs*; entrevistas e participações ao vivo nas rádios; realização das oficinas, com atividades específicas conforme o grupo público-alvo, Associação Abraço Azul Autismo; Apae; Presídio de Frutal; Apac de Frutal e FAPEMIG;

minicursos para estudantes universitários. As ações do projeto nas demais cidades que compõem a Microrregião foram realizadas com a parceria com os veículos de comunicação das cidades. Estas parcerias foram fomentadas por 8 discentes do curso de jornalismo da UEMG, que integraram o projeto na perspectiva da curricularização da extensão universitária, para corresponder, parcialmente, aos créditos requeridos no semestre que cursavam – 2º período: Agna Santos Pereira; Alliny Aparecida Madeira Silva; Edilaine Felix Teixeira Muniz; João Pedro Fernandes Silveira; Luana Jenifer Venâncio; Maria Eduarda Tavares da Cruz; Náthylla Rafaelle Silva Moreira e Victor Fortunato Clemente. o projeto, por meio do fomento do PAEX, obteve uma bolsista de extensão para o desenvolvimento das atividades. A discente com bolsa é do curso de Jornalismo da UEMG Frutal, Sabrina Vieira Melo, também do 2º período.

Os alunos participaram de reuniões com a coordenação do projeto, realizaram revisão de literatura, elaboraram as pautas, os textos com distintas linguagens jornalísticas e realizaram a publicação e apresentação dos projetos. Esta participação é uma das formas que o projeto articula o tripé universitário de ensino-pesquisa-extensão. O Pontal; Gravação de nota de rádio e divulgação nas rádios da microrregião de Frutal; divulgação nos grupos de WhatsApp de segurança pública; no *mailing list* da assessoria de comunicação da UEMG-Frutal. Os alunos colaboradores elaboraram os textos, com a supervisão da docente e, realizaram a gravação para a Rádio *Itanews*; publicação e transmissão realizada pelos alunos colaboradores do projeto no jornal impresso *Nosso Jornal - Itapagipe*; no blog do Portari; Na TV Rio Grande; *Itanews*; nos veículos de Planura, Iturama.

É importante tecer aqui, na última etapa, algumas considerações sobre a avaliação do projeto de extensão. A cada etapa foram tecidas avaliações das atividades da extensão, utilizando, para este fim reuniões entre os membros da equipe; o *feedback* das instituições participantes; as proposições e sugestões de mudanças de temáticas das oficinas a partir da própria condução assumida pela comunidade. Esta edição do projeto não realizou pesquisa de opinião com os participantes. A importância da avaliação de cada estágio do projeto, bem como, a verificação dos resultados esperados são uma obrigatoriedade para o aperfeiçoamento da prática extensionista e do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Já a etapa subsequente priorizou a redação de relatos de experiência, relatório, apresentação em congresso e a elaboração de mais uma etapa do projeto para o ano de 2024, já em realização na Microrregião de Barbacena.

4 EXECUTANDO AS PRÁTICAS ANTICAPACITISTAS: COMUNICAÇÃO, RECONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO

A importância da Comunicação para os Direitos Humanos consiste na utilização de meios de comunicação como ferramenta didático-pedagógica para a construção e a prática dos direitos humanos. Esta proposta dialoga com Francisco Torquato para quem a comunicação é “uma ação integrada de meios, formas, recursos, canais e intenções” (1986, p. 7). Este foco assume importância ao se implementar um projeto de extensão que apresenta como centro a multidirecionalidade e a multidimensionalidade comunicativa como um caminho visando às ações coordenadas para o fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência e à ampliação da conscientização sobre a luta anticapacitista.

As ações extensionistas do projeto apresentaram um caráter itinerante e de alcance ampliado em busca de atingir ao público-alvo da população frutalense e da microrregião de Frutal, MG.

4.1 Construindo boas práticas em parceria com a imprensa

As parcerias incluíram as emissoras radiofônicas comerciais Rádio Natividade 102 FM, 97 FM Pontal *online*, Nossa Rádio FM Frutal 98.5 FM e a Rádio Comunitária Cultura 105 FM. Em terras frutalenses e circunvizinhas, o rádio possui audiência extensiva, via antenas convencionais, *blogs* e redes sociais dos veículos (Zilma, 2016; Valdivino, 2018). Estas emissoras estabelecem redes de colaboração com sociedade civil, organizações não-governamentais – protetora dos animais, assistência a familiares e pessoas com autismo; jipeiros; sindicatos, por exemplo, e instituições como prefeituras, câmaras municipais, segurança, judiciário, ministério e defensoria públicas (dados no projeto de extensão, 2023), o que amplia a possibilidade da capilaridade informacional entre as comunidades, distritos e vilarejos.

As coordenadoras do projeto, em parceria com participantes de atividades fomentadas pelo Projeto de Extensão, visitaram quatro rádios de Frutal para entrevistas ao vivo explicando sobre o capacitismo e sobre as atividades da Associação Azul Abraço Autismo de

Frutal e a APAE de Frutal. As veiculações das notas e das notícias também foram elaboradas, com a revisão da coordenação do projeto e transmitidas ao vivo pela discente participante do projeto na cidade de Itapagipe, MG (Quadro I). As diferentes formas de discriminação contra as pessoas com deficiência fortalecem o preconceito e acabam gerando no imaginário social a ideia de inutilidade para esses indivíduos, transformando os mesmos em pessoas frágeis, fracas e incapazes de exercer alguma forma de autonomia. Utilizar estrategicamente o rádio como instrumento de educação para o compartilhamento e para a construção da informação para os direitos humanos, foi uma proposta bem significativa durante o desenvolvimento do projeto.

Quadro I – Nota Veiculada na Rádio Itanews

Você sabe o que é capacitismo? Capacitismo é a discriminação e o preconceito contra as pessoas com deficiência em razão da condição física e mental. Uma das formas que o capacitismo acontece na sociedade é a barreira no acesso ao mercado de trabalho e à equiparação salarial com pessoas sem deficiência! Fique atento! Diga não ao capacitismo.

Fonte: Elaborada pela equipe do projeto.

Desta forma, as estratégias extensionistas utilizaram as mídias sociais, como as redes *instagram* e *facebook* dos veículos de comunicação frutalenses e da Universidade do Estado de Minas Gerais com o objetivo de ampliar a capilarização das informações. Realizaram-se parcerias com *blogs* para o compartilhamento de *cards* orientativos no perfil do *instagram* a fim de colocar a população em acesso a este conteúdo. No exemplo abaixo, a postagem foi realizada pelo *Blog* do Portari, com 34, 7 mil seguidores. As atividades do projeto que foram realizadas no presídio, na APAC e no evento FAPEMIG de Portas Abertas também obtiveram cobertura da imprensa. O evento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais foi realizado em Belo Horizonte, nos dias 29 e 30 outubro de 2023 e reuniu mais de 1.500 pessoas. Destaca-se que na cobertura da imprensa a equipe do projeto explicava a temática e a ação extensionista em cada grupo, de acordo com o desenho pedagógico da oficina.

Utilizou-se, ainda, o meio televisivo como um dos instrumentos da prática extensionista. A parceria com a TV Rio Grande da cidade de Fronteira foi tecida pela discente do curso de Jornalismo. Construiu-se a redação da nota jornalística com a estrutura textual da cabeça + nota pelada, em um tempo aproximado de 90 s. O texto foi elaborado pela discente do curso de Jornalismo e revisado pela equipe do projeto. Somados às construções

em diferentes linguagens jornalísticas (Fig. 1), o conteúdo foi publicado em jornal impresso na cidade de Frutal Jornal Pontal e de Itapagipe, Impacto O Nosso Jornal.

Figura 1 – Projeto de Extensão - linguagens jornalísticas



Fonte: Arquivo pessoal da equipe do projeto. Esquerda para a direita – imagens superiores – Jornal O Pontal (2023); TV Rio Grande (2024); Esquerda para direita – imagens inferiores - Blog do Portari (2024); Rádio 102 FM (2023).

Considerando a função social do jornalismo prevista no Código de Ética do Jornalista "[...] o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental (Fenaj, 2007, cap. 1, art. 1)" a proposição de pautas, com os critérios de noticiabilidade de interesse da comunidade e a apuração dos fatos podem reverberar na opinião pública, exigindo medidas de ação por parte do Estado e mudanças na sociedade em ações de orientação normativas. As coberturas jornalísticas, conforme o enquadramento (Entman, 1993) adotado pelo veículo, tornam-se potencialmente um instrumento de possibilidade de inclusão e, até mesmo, de estabelecimento de agendas de políticas públicas.

4.2 Ações itinerantes: rodas de conversa, palestra e oficina

A prática capacitista destoa do desenvolvimento da legislação e da Política Nacional da Pessoa com Deficiência, pois restringe as possibilidades de inserção e de interação efetivas em redes de participação, podendo implicar em adaptações em locais de trabalho, em colégios e faculdades, no caso das crianças e dos jovens.

A construção da atividade de extensão baseou-se em aspectos éticos, com o respeito à dignidade e ao espaço privado e social da comunidade. Desta forma, em todas as oficinas não foram realizadas perguntas sobre a vida particular, os condicionamentos físicos e sociais, e as fotos e entrevistas concedidas por participantes foram disponibilizados pelos próprios assessores de comunicação ou gestores das instituições participantes em publicações próprias das organizações ou enviadas por estas para a publicação. Na atividade de extensão do Presídio de Frutal e na APAC as fotos foram entregues pela própria gestão das instituições. E, no presídio, a gestão não entregou as fotos dos indivíduos privados de liberdade. Seja no presídio, seja na APAC a equipe do projeto deixou os celulares na portaria, juntamente com os pertences pessoais. Outro aspecto ético da ação extensionistas foi o respeito à dignidade e ao espaço da comunidade, também articuladora do projeto. Desta forma, durante as rodas de conversa e as oficinais não foram realizadas quaisquer perguntas que perpassem por questões pessoais – financeiras, afetivas, familiares, condicionamento físico e de saúde mental ou de quaisquer outros assuntos – ou relacionadas ao condicionamento físico e mental. As temáticas tratadas foram exclusivamente sobre as ações de conscientização e de informação sobre o capacitismo e, a equipe do projeto acolhia o compartilhamento voluntário e, não condicionado pela equipe, dos relatos dos participantes.

A primeira ação itinerante - **Oficina desconstruindo o capacitismo: abordagens jurídica e midiática** (Fig. 3)- ocorreu em setembro de 2023, mês que se celebra o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência. Com base no conceito de redes de Eduardo Marques (2019), o evento procurou integrar atores sociais que atuam na mobilização, no atendimento e na garantia da efetivação de direitos das pessoas com deficiência e familiares atípicos. Nesta esteira, realizou-se a ação em parceria com a APAE, com Associação Abraço Azul Autismo e o com apoio da imprensa local. As instituições convidadas para o evento enviaram representantes, um total de 26. A ênfase da atividade foi esclarecer para as ações educativas, jurídicas e midiáticas sobre a construção de uma sociedade inclusiva. Participaram atores sociais do judiciário de Frutal; da Polícia Militar; do setor educacional público e privado e da comunidade frutalense. O evento foi construído da seguinte forma: iniciou-se com a apresentação da fanfarra da APAE, formada pelos assistidos da instituição; posteriormente, houve a palestra sobre o capacitismo e os impactos negativos na sociedade;

seguiu-se ao papel do educador e à educação inclusiva; o terceiro momento foi uma reflexão sobre os direitos das pessoas com deficiência e, finalmente, breves apontamentos sobre condutas capacitistas e um testemunho espontâneo de uma participante. A programação inicial, que reservou um maior tempo para a reflexão sobre o papel da mídia, alterou-se diante da própria demanda do público presente, dos educadores que solicitaram a ampliação do prazo previsto para o evento a fim de realizarem um debate sobre os desafios e possíveis soluções às demandas que encontravam na prática profissional.

O segundo momento das atividades itinerantes de extensão apresentou como foco as instituições de ressocialização, o Presídio de Frutal e a Apac Feminina Frutal. Conforme a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen, 2023) sobre a população carcerária, os dados atualizados no dia 25 de maio de 2023 indicaram que entre os meses de julho a dezembro de 2022 o total de acautelados era de 642.638, entre estes, 328.244 no regime aberto. Os dados demonstram o aumento de 78,77% nos projetos educacionais e 161.247 pessoas exercendo alguma atividade. A população penitenciária feminina obteve uma redução entre 2016, com 40,97 mil, para 27.547 mulheres presas em celas, em 2022. A Secretaria indicou que o número de mulheres gestantes e parturientes eram 190; lactantes, 81 e detentas com filho em estabelecimento prisional correspondiam a 120 mulheres. Estas crianças que se encontravam junto às mães estavam na faixa etária de 0 a 6 anos, 94%, entre seis meses e 1 ano, 25% e, na faixa etária de 1 a 2 anos estava em 1% (Senappen, 2023).

O perfil dos IPLs brasileiros é composto pela interseccionalidade, ou seja, pela interação de opressões de raça, gênero, etnia, renda, entre outras categorias que dividem os grupos em acessos privilegiados à educação e às condições para uma vida saudável e sem insegurança alimentar, por exemplo. A inferência deste perfil dos IPLs é constatada a partir das informações da própria Secretaria Nacional: do total de detentos, 65% deles são jovens, negros e de baixa renda. O processo educacional e as atividades que priorizem as informações sobre os direitos humanos são essenciais, pois, o intuito do cumprimento da pena é, especialmente, a ressocialização do IPL.

Podemos dizer que a ressocialização são maneiras de reinserir na sociedade pessoas que estão em regime prisional ao saírem da prisão, ou seja, sua reintegração social, oferecendo aos detentos uma maneira de se reinserir na vida fora da prisão. Para que possamos entender o processo de ressocialização, é indispensável conhecer o sistema carcerário, pois esse processo visa reeducar os presidiários para que eles possam se adequar às leis e condições da sociedade. Ao

fazer esse processo, os detentos poderão reduzir sua pena e sair com algumas habilidades que poderão contribuir na sua renda (Santos et al, 2023, sp).

No Presídio de Frutal, realizou-se no dia 16 de novembro de 2023, a **Oficina de comunicação e direitos dignificantes para indivíduos privados de liberdade - enfrentamento do etarismo e do capacitismo** (Imagem 1 – O Pontal), com aproximadamente 1h30m de duração. A equipe do projeto, composta por duas docentes e a discente bolsista, com o apoio de policiais penais e da assistência social do Presídio, contemplou subtemáticas referentes às garantias normativas das pessoas com deficiência: enfrentamento do capacitismo, inclusão, participação de pessoas com deficiência em concurso público e vestibulares e sobre a temática do autismo. Estas questões foram apresentadas, com trocas de experiências. O intuito das extensionistas foi propiciar mais conhecimento para que eles soubessem dos próprios direitos, dos direitos dos familiares, bem como, dos colegas que estão em cumprimento de pena. Além disto, eles foram incentivados a compreenderem uns aos outros, sempre pensando nas barreiras impostas socialmente que muitos deles, possivelmente, precisarão superar. Participaram da atividade um total de 36 IPLs que cumprem pena em regime fechado no setor de segurados. A própria equipe do Presídio foi a responsável pela seleção dos detentos para a atividade. Posteriormente, foram emitidos os certificados da unidade administrativa da UEMG Frutal.

A cidade de Frutal possui o maior complexo de APAC do Brasil: feminino, masculino e juvenil. As duas docentes do projeto realizaram a oficina **‘Práticas de Desconstrução do Capacitismo: ações para os indivíduos privados de liberdade’** na APAC feminina, no dia 09 de novembro de 2023. No dia da ação, havia educandas em outras atividades institucionais, como cursos e atividades laborais e, desta forma, participaram ativamente da roda de conversa seis educandas.

O apoio ao processo de ressocialização das mulheres condenadas às penas privativas de liberdade é um fator motivador para este projeto de extensão. Os positivos impactos para este grupo feminino, seus familiares e a comunidade de uma forma geral poderão ser verificados em uma visão mais crítica e consciente dos direitos humanos, dos deveres enquanto cidadãs, nas relações afetivas e familiares. Diante de uma realidade de desconhecimento do futuro, o estigma deste grupo torna-se uma nova forma prisão que só pode ser superada por meio de reconhecimento social e oportunidades de trabalho. Ao

propor as oficinas que transitam entre a comunicação para os direitos humanos e o enfrentamento a práticas discriminatórias, o projeto acolhe as mulheres que se encontram neste processo de passagem para uma realidade pós-prisional.

Figura 2 – Projeto de Extensão - oficinas

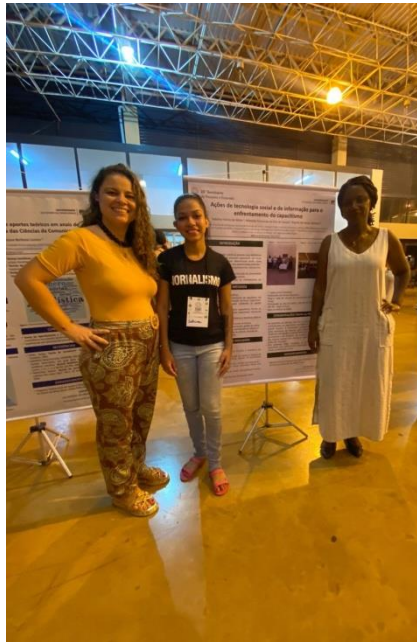


Fonte: Arquivo pessoal da equipe do projeto. Imagem superior – Assessoria de Comunicação APAC (2023); imagem inferior, da esquerda para a direita, Gestão do Presídio (2023); Assessoria de Comunicação FAPEMIG (2023).

Realizou-se este desenho das oficinas depois da concordância da atividade pelos gestores das instituições, considerando a realidade do espaço físico, o número de participantes, do tempo disponível. E, durante as oficinas, a partir da construção com os participantes, dentro da expectativa e daquilo que eles traziam para a oficina, atividades que, inicialmente, seriam confecção de cartazes, optou-se, em parceria com as educandas da APAC, por exemplo, em realizar unicamente a roda de conversa, sem vídeo e sem confecção de cartaz.

As ações do projeto também incluíram atividades no 25º Seminário de Pesquisa e de Extensão da UEMG (Imagem 3), com a apresentação do trabalho com a bolsista PAEx Sabrina Vieira Melo e a oficina sobre comunicação e práticas anticapacitistas, realizada *on-line*, voia TEAMS, com a condução da equipe do Projeto, as professoras Marcela da Paz e Regina Teixeira e a monitoria da discente Sabrina.

Imagem 3 – Seminário de Pesquisa e Extensão - oficinas



Fonte: Arquivo pessoal da equipe do projeto (2023).

Os indicadores positivos do projeto podem ser verificados pelo cumprimento das metas estabelecidas no início do projeto, na maneira participativa e sem percalços para serem resolvidos no decurso das atividades, bem como, pelas parcerias firmadas para as rodas de conversas no Presídio; na Apac; pelo convite da organização do FAPEMIG de Portas Abertas para a realização da oficina em Belo Horizonte. Neste último evento, a ação foi realizada de forma colaborativa, em parceria, com Robert Douglas Santana Campos, graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e funcionário da FAPEMIG.

Outro indicador importante foi a adesão das diversas instituições no evento realizado em parceria com a Associação Abraço Azul e a APAE. Em relação às ações acima relatadas, alcançou-se um público direto de mais de 150 pessoas, com diferentes perfis socioeconômicos, escolaridade, etnia e cor, com a participação ativa das pessoas com deficiência e familiares atípicos. Considera-se importante a viabilidade das parcerias com as diferentes empresas comunicação, incluindo, a rádio comunitária. Somam-se, ainda, o alcance das notas das diversas linguagens jornalísticas para diversas audiências colaborativas que utilizam as informações de diversas formas, bem como, podem ser multiplicadores dos conhecimentos apreendidos com as notícias.

5 CONCLUSÃO

Os direitos das pessoas com deficiência estão em processo de fortalecimento e de capilarização das informações na sociedade brasileira. As ações que ampliam o cumprimento de direitos e o enfrentamento da discriminação e do preconceito contra as pessoas com deficiência devem ser articuladas em projetos junto com a comunidade, especialmente, com a participação ativa das famílias atípicas. Um ponto importante para o projeto, refere-se à Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal que somou esforços à atuação das organizações que atuam pelos direitos humanos e garantias individuais e coletivas, atuou para o fortalecimento dos direitos humanos, estreitou, ainda mais, vínculos institucionais. Os discentes envolvidos no projeto também desenvolveram as habilidades extensionistas e aprimoraram o conhecimento sobre o tema, além de terem produzido diferentes produtos jornalísticos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Esther Nogueira. **Capacitismo e Anticapacitismo**: compreendendo os desdobramentos do preconceito contra as pessoas com deficiência e a importância da visibilização da luta anticapacitista brasileira nos tempos atuais. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. **Pessoas com Deficiência**. 2023. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/TxiFb>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.
<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/37518.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação**, Bauru, vol. 23, núm. 1, pp. 1-6, 2017. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CARVALHO, Renata Corcini; NAUJORKS, Maria Inês. Representações sociais: dos modelos de deficiência a leitura de paradigmas educacionais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 35–49, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4345>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Toronto: Wiley, 2016.

ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, Austin, v. 43, n. 4, p. 51-18, 1993.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/2sOti>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice de Responsabilidade Social**, 2024. Disponível em: <<https://imrs.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010 - Panorama Cidades Frutal**, Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/frutal/panorama> >. Acesso em: 18 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022 - Panorama Cidades Frutal**, Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/frutal/panorama> >. Acesso em: 18 out. 2024.

KLAZURA, Marco Antonio; FOGAÇA, Vitor Hugo Bueno. Pessoa com deficiência entre o modelo bio-médico e o modelo biopsicossocial: concepções em disputa. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, p.1-18, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/13408>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O Capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, Santa Catarina, v. 28, p. 1–20, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/93040>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MOREIRA, Marta Cristina Nunes et al. Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, 2022, p. 3949–3958. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/pvR4YxRFZzcpNdPCZ6YCwLw/>> . Acesso em: 25 abr. 2024

SANTOS, Ana Carolina Sabino dos; GUIMARÃES, Aline; SILVA, Heloisa Teixeira da; ALVES, Sandra de Souza. A educação como possibilidade de transformação e ressocialização dentro do sistema carcerário. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 19, 2023. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/nlmnE>> . Acesso em: 13 out. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. **Revista Reação**, São Paulo, n. 87, p. 14-16, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. **Reação: Revista Nacional de Reabilitação**. São Paulo, v.96, n.7, p.10-12, 2014. Disponível em: <<https://revistareacao.com.br/wp-content/uploads/2018/05/ED96.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (Org.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. p. 160-165. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/dG7di>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/paineis-anteriores>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SILVA, Elizângela Samara. **As entrelinhas da inclusão/exclusão social na atualidade**: uma discussão conceitual. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2011. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/XyP6o>>. Acesso em: 18 maio. 2023.

SOUSA, Lazaro Mourão. Educação especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. **Revista Bibliomar**, v. 19, n. 1, p. 159–173, 2020. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13636>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: III Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos. **Anais...**Campinas: UNICAMP, 2019, p.16-25. Disponível em: <<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389/4393>>. Acesso em: 01 out. 2023.

AGRADECIMENTOS

A equipe do projeto agradece ao Programa de Apoio à Extensão da UEMG pelo fomento do projeto, via Edital PAEX 01/2023. Agradecemos à FAPEMIG pelo fomento do Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) concedido à prof.^a Regina Souza Teixeira.

Comunicación, información y prácticas educativas en la lucha anticapacidad: actividades extensionistas en la aplicación de los derechos de las personas con discapacidad)

ABSTRACT

Ableism - discrimination and prejudice against people with disabilities - is one of the social issues present in everyday life that requires coordinated actions to raise awareness and inform the population with a view to uprooting these embarrassing practices. In this scenario, the objective of the extension project was to provide the community of the Frutal Microregion with educational and IT tools, aiming to recognize the rights of people with disabilities; the strengthening of anti-capacity struggles and University and Community interaction. In the project development methodology, communication practices were used, which could also be developed by the community at a later stage. The different techniques were designed according to the action and phases of the extension. It encompassed the construction and dissemination through the media in its various languages; traveling conversation circles; making posters; establishment of public-private partnerships. The target audiences were the Association of Parents and Friends of the Disabled (APAE), Associação Abraço Azul, the press in Frutal and the micro-region; Closed students at the Frutal Prison and the Association for the Protection and Assistance of Convicts (APAC); academic community at the Minas Gerais Research Support Foundation (FAPEMIG). A positive impact on the actions was inferred from the results of university extension, seen in the establishment of partnership, participation during the workshop; provision of media space and press coverage.

Keywords: Person with Disabilities. Human Rights. Participation. Itinerant. Communication

Acciones de comunicación, información y prácticas educativas en la lucha anticapacidad: actividad de extensión en la efectividad de los derechos de las personas con discapacidad

RESUMEN

El capacitismo (discriminación y prejuicio contra las personas con discapacidad) es uno de los problemas sociales presentes en la vida cotidiana que requiere acciones coordinadas para sensibilizar e informar a la población con miras a erradicar estas prácticas vergonzosas. En este escenario, el objetivo del proyecto de extensión fue brindar a la comunidad de la Microrregión Frutal herramientas educativas e informáticas, visando reconocer los derechos de las personas con discapacidad; el fortalecimiento de las luchas anticapacidad y la interacción Universidad y Comunidad. En la metodología de desarrollo del proyecto se utilizaron prácticas de comunicación, que también podrían ser desarrolladas por la comunidad en una etapa posterior. Las diferentes técnicas se diseñaron según la actuación y fases de la ampliación. Abarcó la construcción y difusión a través de los medios de comunicación en sus diversos idiomas; círculos de conversación itinerantes; hacer carteles; establecimiento de asociaciones público-privadas. Los destinatarios fueron la Asociación de Padres y Amigos de Personas con Discapacidad (APAE), la Asociación Abraço Azul, la prensa

de Frutal y la microrregión; Estudiantes cerrados en el Penal de Frutal y la Asociación de Protección y Asistencia a Reclusos (APAC); comunidad académica de la Fundación de Apoyo a la Investigación de Minas Gerais (FAPEMIG). Se infirió un impacto positivo en las acciones de los resultados de la extensión universitaria, visto en el establecimiento de alianzas, participación durante el taller; provisión de espacio en los medios y cobertura de prensa.

Palabras clave: Persona con Discapacidad. Derechos humanos. Participación. Itinerante. Comunicación.

Recebido em: 21/10/2024

Aceite em: 15/12/2024